

## HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE DE UM ESPAÇO URBANO

VENTURINI, Maria Cleci – UNICENTRO

([mariacleciventurini@yahoo.com.br](mailto:mariacleciventurini@yahoo.com.br))

A cidade se significa e é significada por sujeitos que a constituem e fazem parte do seu corpo social e institucional. Entendemos ser possível, pertinente e relevante tomá-la como texto e isso implica conhecer e entrar na sua ordem, a qual se constitui por instâncias sociais, culturais, políticas e ideológicas que instauram uma história institucional o quê significa experimentá-la “como uma realidade objetiva”. Essa realidade se constitui por meio de um arquivo pelo qual a sua história, normalmente, a oficial, é contada/relatada/arquivada pelas instituições e, por isso, interessa e é gerenciada por sujeitos socialmente prestigiados, sinalizando que o espaço urbano se estrutura e se divide em classes sustentadas por relações de poder, permeadas pela ideologia, que constitui em torno dela evidências de verdade. A consequência mais evidente dessa divisão e das evidências de verdade constitutivas do discurso urbano é a visibilidade e/ou o apagamento de determinadas memórias em detrimento de outras. O trabalho da memória e a constituição de identidades dos sujeitos, no espaço urbano, tem a ver com a “normalidade”, enquanto relação contratual em funcionamento, fazendo sentido para os sujeitos que estruturam o corpo social da cidade. Para tratar da memória e da identidade desse corpo social da cidade, recortamos parte do projeto de pesquisa em desenvolvimento no Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários (LABELL) – Unicentro, mais precisamente, o acontecimento que envolveu a alteração da data de criação da cidade. O fio condutor do projeto em desenvolvimento é o embate entre o político e o religioso nos discursos relacionados à história da emancipação política da cidade e às identidades dos sujeitos-cidadãos que vivem/habitam nela. Dois nomes, mais que outros, destacam-se nesses discursos: o de Pe. Chagas e o do Tenente Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Contraditoriamente, enquanto o primeiro é nome de escola, de bairros, de ruas, o segundo teve alguma visibilidade somente em 2010, quando foi dedicado a ele um monumento, que o rememora/comemora como um dos portugueses fundadores da cidade. A visibilidade constituída em torno do sujeito português, designado como colonizador, e a construção do monumento em sua homenagem se constituiu em acontecimento porque rompeu a rede parafrástica que sustentava a repetição em torno da memória urbana em circulação. Esse acontecimento acirrou as discussões em torno da história da cidade e da data de sua emancipação política. Diante disso, é importante salientar que oficialmente a cidade de Guarapuava, em 2010, completaria cento e noventa anos como unidade da federação e a Igreja católica – centrada em Francisco das Chagas Lima (conhecido como Pe. Chagas) – rememorava/comemorava duzentos anos de atuação evangelizadora na cidade. A festa da Igreja católica foi conduzida pelo slogan “Nos 200 anos da Igreja em Guarapuava: Memória, História, Compromisso”. Estranhamente, começaram a circular, inicialmente como boatos e depois como supostas verdades, discursos que atrelavam os duzentos anos da Igreja à emancipação política da cidade. Nesses discursos, Azevedo Portugal passou a ser visibilizado como liderança política atuante na formação urbana de Guarapuava. A culminância e um dos principais efeitos suscitados pela circulação desses discursos deu-se com a construção de um monumento, no qual Azevedo Portugal é representado como herói desbravador. Segundo essa “nova versão” da história, sua missão era defender o forte de Atalaia, os habitantes do lugar e os padres

que lá estavam do ataque dos índios. Assim, de um lado, Azevedo Pinto Portugal, representante dos portugueses, é imaginariamente heroicizado e os padres continuam a ser os guardiões das almas e, também, das terras. E, de outro lado, os índios representam a violência, deslocando sentidos e discursos que ressoam em torno do Brasil habitado primeiramente por índios e dos portugueses como os que chegaram e tomaram conta do lugar, impondo a língua, a religião e os costumes. A ocupação e a defesa do espaço é gerenciado pelos portugueses e pelos padres, explicando/legitimando/sustentando por meio dessa versão, é legítima a gênese do catolicismo. O apagamento do índio, como primeiro habitante e, como tal, o dono das terras é uma das regularidades que perpassam essa versão da história e sinalizam para a contradição e o equívoco, nesse discurso. Os indígenas passam a ser visibilizados como os que atacavam/matavam os portugueses, designados de salvadores de almas e promotores do progresso. Com isso, o índio sai de um lugar – o de legítimo dono das terras e passa a ocupar o lugar daquele que resiste e por resistir perde o lugar no espaço e na memória. A comemoração/comemoração dos duzentos anos da Igreja e também de Guarapuava como cidade, teve como centro a simulação da chegada dos religiosos e da caravana portuguesa no Forte Atalaia, seguida da celebração de uma missa. Os discursos que sustentam/ancoram a relação entre o político e o religioso na cidade se atualizam por um discurso *de*, pelo qual ressoam discursos de duração mais longa, envolvendo o texto bíblico. Por esse discurso *de*, tomam corpo efeitos de sentidos que sustentam a divisão do espaço urbano em há duas facções que se contrapõem e rompem com o imaginário em torno do Brasil, do índio em também do português, apagando o índio herói e o português que se perdeu e afinal “achou” o Brasil. A primeira facção dá visibilidade ao português e aos padres, legitimando-os como proprietários das terras e como salvadores de almas, em sumo como aqueles que promoveram o progresso, o desenvolvimento urbano e, de quebra, contribuem para a serenidade física e mental, possibilitando que todos tenham como prêmio a ressurreição e a vida eterna. A outra facção e do lado oposto, são discursivizados os índios, não mais como heróis, mas como invasores violentos, que se contrapõem a todo “bem” promovido pelos colonizadores. Esses efeitos de sentidos se estruturam e tomam corpo pelo apagamento de um discurso recorrente e, por isso, tido como “verdade”, ou seja, a legitimidade e a naturalidade de no Brasil o índio ser o gentil e manso dono da terra. Outro fator que contribui para isso é a visibilidade dada ao português, materializado nesse discurso por Azevedo Portugal e pelos padres, fundadores da igreja e da cidade. A corporeidade que sustenta esses efeitos de sentidos decorre de monumentos, de nomes de ruas, de escolas e de bairro que rememoram/comemoraram Pe. Chagas. De qualquer modo, não há consenso em torno da sua importância histórica do colonizador Azevedo Pinto Portugal, nem do monumento dedicado a ele, muito menos em relação aos 200 anos de fundação da cidade. Até 2009 o que se tinha é que a cidade completaria em 2010 cento e noventa anos de emancipação política, mas em um ano se passaram dez anos e isso suscitou muitas questões, dentre as quais se destacam: o que faz com que nomes, eventos ou produtos façam parte da memória da cidade? O que legitima/ancora essas memórias? O que autoriza/permite que as instituições gerenciem, não só a festa comemorativa/comemorativa, mas também as memórias que a constituem/estruturam? Que efeitos de sentidos se constituem diante da reivindicação dos 200 anos de uma cidade? Como resposta a essas questões dizemos que na ordem da evidência, o domínio do religioso se sobrepõe, ou no mínimo, ocupa espaço maior do que o do político. O que sustenta essa primeira conclusão é o espaço ocupado por Pe. Chagas e negado Azevedo Portugal na cidade. Frequentemente a memória em torno do colonizador português é posta à prova, às vezes pelo tamanho do cavalo em que está montado que se contrapõe

ao tamanho minúsculo do português e, outras vezes, em relação às câmeras colocadas no , em detrimento da falta de segurança verificada em outros espaços da cidade, conforme foi noticiado a nível nacional em 2011. A inusitada vigilância teria a ver resistências em torno dessa memória ou como contestação relacionada ao fato de um monumento significar mais que os sujeitos guarapuavanos? Enfim, a sobre-determinação do religioso em relação ao político se sustenta pelo número e pela grandiosidade das igrejas católicas da cidade, na qual, dizem as vozes populares, “tudo termina em missa”.